

24/09/2019

## Formar para ação (Parte IV) Transformar e conservar o mundo

**Gideon Borges dos Santos**

*[Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana.  
Pesquisador do Cesteh/ENSP/Fiocruz]*

O sentido da participação dos trabalhadores com seus saberes não é dado pelo saber em si e, se assim o fosse, uma espécie de categorização feita previamente poderia estruturá-los com vistas a convertê-los em matéria de formação. O exercício da vida democrática é outro ingrediente que compõe o real motivo da participação dos trabalhadores no processo formativo.

Para Hannah Arendt, a diversidade na maneira como o mundo se apresenta e como ele pode ser representado expressam a pluralidade dos assuntos humanos. A lição vem de Aristóteles, para quem o ser se diz de múltiplas maneiras, e se aplica à Educação, pois, tal como o mundo feito pelos homens, a formação humana permite que todos a vejam sob ângulos diferentes e tenham representações diferenciadas, ainda que estejam tratando do mesmo objeto. É o que explica, por exemplo, o fato de muitos terem opiniões diferentes sobre a formação e, ainda assim, fazer com que todos, de alguma maneira, guardem razão. Essa diversidade se atribui àquelas coisas sobre as quais o conhecimento técnico e a experiência não esgotam inteiramente o objeto (Santos; Costa; Hortale, 2017, p. 313).

No que diz respeito à formação de trabalhadores, mas não somente neste aspecto, o que está em jogo é a diversidade de saberes que possibilita aos envolvidos com o trabalho um olhar, por certo, mais ampliado daquele que um único olhar seria capaz de alcançar. O pano de fundo consiste no fato de os trabalhadores conhecerem os perigos da atividade que realizam e executarem o trabalho, na maior parte das vezes, de uma maneira própria e distinta daquela prevista pelas normas, ainda que em determinados momentos coincidente com o prescrito em manuais ou registro dos livros. Outrossim, essa prática de participação dos trabalhadores na construção do seu processo formativo serve de meio e finalidade para que a experiência democrática possa plenamente se realizar. O fato é que a prática da participação dos saberes como finalidade serve aos segmentos para que eles tenham uma visão total do trabalho e, como meio, destina-se ao exercício da experiência política, do compartilhamento e da participação da vida comum, na medida em que o tema da saúde não é objeto de interesse de indivíduos mas de todos os cidadãos. De igual fatura, Vasconcellos, Gomes e Machado (2014) insistem em destacar que o compromisso e participação dos trabalhadores nas ações da VISAT [Vigilância em Saúde do Trabalhador] é uma maneira de consolidar as práticas em saúde do trabalhador, na medida em que pode assegurar a continuidade das ações quando apropriada pela classe trabalhadora. Em outras palavras, os trabalhadores devem protagonizar a vigilância em saúde sinalizando para o serviço público sempre que haja distúrbios nas variáveis já solucionadas ou as que careçam de solução. Essa prática exige um tipo formação de indivíduos que tomem parte das decisões que envolvem as relações de trabalho e sociais, em uma frase, a formação de sujeitos democráticos.

Evidentemente, quando a finalidade da formação de trabalhadores é transformar a realidade de trabalho, o que está em evidência são as condições adversas, o perigo ou risco à saúde e à vida, à promoção e à prevenção. Isso para não falar dos treinamentos destinados à aquisição de uma nova técnica ou uso de equipamentos. Contudo, o que queremos iluminar quando recorremos ao conceito de ação para tratar da formação em saúde do trabalhador é que ele não se limita a situações específicas de trabalho, mas trata-se de participar da reconstrução da uma sociedade capaz de reconhecer não apenas a centralidade do trabalho, mas, principalmente, a participação do trabalhador na vida política do país.

Estamos falando de uma sociedade que retira do trabalho toda sua riqueza acumulada, pelo processo que Karl Marx entendeu e revelou ao observar que as mercadorias pressupõem uma relação de igualdade e de identidade entre objetos supostamente distintos, havendo entre eles uma substância ou evento comum, além de possuírem valor de uso: o fato de serem produtos do trabalho humano.

O conceito da mais valia, que deposita no trabalho a origem de todo excedente de riqueza gerado na transformação da matéria em mercadoria, estava colocado em evidência. Na esteira dessa organização social capitalista, a exploração do trabalho para maior acúmulo de riqueza ocorre, muitas vezes, sem dimensionar o custo para a vida e agravos à saúde dos trabalhadores, manifestos por sofrimento de natureza diversa, alteração biológica, dano, desgaste, doença, lesão ou acidente na expectativa de ampliação de lucros, pelas empresas (Vasconcellos; Gomes; Machado, 2014). Com isso, a formação em Saúde do Trabalhador é diretamente associada a um projeto de luta sem resíduo contra a exploração instalada pelo capital. E, desta maneira, formar para a ação é mais do que formar agentes capazes de mudar a realidade adversa na qual os trabalhadores encontram-se atualmente. Trata-se de formar sujeitos que também sejam capazes de pensar em novos processos de trabalho e de se interrogar sobre as instituições sociais e sobre as diversas faces que o sistema capitalista adquire para enraizar a exploração humana.

Até aqui sinalizamos para a perspectiva de transformação de indivíduos, do contexto de trabalho e da sociedade, preconizadas pela formação humana. Interessa-nos, agora, mostrar que paralelamente ao movimento de transformação, está presente o de conservação, sob pena de que o projeto de sociedade, presente em toda prática formativa, seja destruído no ir e vir das gerações. Afinal, o mundo comum não é inventado a cada geração; ele tem suas raízes na tradição e nos valores de uma comunidade.

A lição vem de Hannah Arendt (2016) para quem a criação de um mundo comum preexiste à nossa chegada e sobrevive à nossa efêmera existência.

No contexto da saúde do trabalhador e, evidentemente, para toda a Saúde Pública, a formação humana traz como exigência não apenas a transformação do mundo, mas também a sua conservação, pois, ao formar profissionais que estejam em conformidade com a concepção de saúde decorrente desse campo de conhecimento, está formando profissionais que darão continuidade à própria existência do projeto.

continua

**O mesmo ocorre com práticas de formação que envolvem trabalhadores, controle social e sociedade em geral. Estas práticas, coerentes aos ideários do campo, proporcionam a reprodução desses valores às gerações seguintes. Sem essa perspectiva de formação, o projeto da saúde do trabalhador deixará de existir no ir e vir das gerações. ■■■**

**Referências**

- Arendt H. A condição humana. Tradução de Raposo Tavares. Revisão Técnica e apresentação Adriano Correia. 13. ed. Rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016, p. 234.
- Santos GB, Costa JL, Hortale VA. Avaliação de processos de ensino em programas de pós-graduação stricto sensu em saúde pública. In: Oliveira ESF, Barros NF, Souza, DCDB. Metodologias qualitativas em diferentes cenários: saúde e educação. Goiânia: Gráfica da UFG, 2017, p. 313.
- Vasconcelos LCF, Gomes CM, Machado JMH. Entre o definido e o por fazer na Vigilância em Saúde do Trabalhador. Revista Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 (12): 4617-4626, 2014.

*OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores*